

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO - CAU/ES

ATA DA 17ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E CATORZE.

1	<u>Início</u> : 18h30min
2	<u>Término</u> : 22h10
3	<b>Local</b> : Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP:
4	29050-690
5	Presenças: Arq. e Urb. Tito Augusto Abreu de Carvalho (Presidente). Conselheiros
6	Estaduais: Arq. e Urb. Ana Paula Rabello Lyra, Arq. e Urb. Aparecida Maria da Silva
7	Borges, Arq. e Urb. Eduardo Simões Barbosa, Arq. e Urb. Eduardo Pasquinelli Rocio,
8	Arq. e Urb. Eliomar Venâncio de Souza Filho, Arq. e Urb. Leandro Camatta de Assis e
9	Arq. e Urb. <b>José Carlos Neves Loureiro.</b> Convidados: Arq. e Urb. André Tomoyuki Abe
10	(conselheiro federal suplente). <u>Assessoria ao Plenário</u> : Patricia Cordeiro. <u>Secretaria</u> :
11	Martins Mártins Angeli. <u>Funcionários</u> : Ana Lúcia Nascimento dos Reis, Anna Carolina
12	Perim Simonassi, Wiviane Lombardi Broco, Marciolinda Aguiar Boroto Pompermayer,
13	Debora dos Santos Rodrigues Borges
14	ITEM I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente e aprovação da pauta - Constatado o
15	"quórum" regimental e após a execução do Hino Nacional, o presidente <b>Tito Carvalho</b>
16	declarou abertos os trabalhos. O presidente mencionou que desde a Sessão Plenária anterior
17	muitas coisas mudaram na Casa do Arquiteto. A área administrativa iniciou suas atividades e
18	o atendimento aos profissionais está previsto para a próxima semana. E que um dos pontos
19	de pauta é a inauguração da Casa do Arquiteto. Antes da aprovação da pauta, o presid <u>ente</u>
20	<b>Tito Carvalho</b> sugeriu a mudança de ordem, antecipando o <u>ITEM V</u> sobre a Mostra Morar $^{U}$
21	Mais por Menos, já que existem arquitetos convidados que vão tratar do mesmo assunto. Não
22	havendo mais considerações, a pauta foi aprovada por unanimidade com a alteração
23	solicitada pelo presidente. ITEM II – Aprovação da Ata da 2ª Sessão Plenária
24	Extraordinária do CAU/ES - O Presidente Tito Carvalho submeteu a votação a aprovação
25	da ata da 2ª Sessão Plenária Extraordinária do CAU/ES, que trata do funcionamento do CAU
26	no novo endereço, e a mesma foi aprovada por unanimidade. Em relação à ata da 16ª Sessão
27	Plenária do CAU/ES, como não foi enviada com antecedência, o presidente <b>Tito Carvalho</b>
28	sugeriu que sua aprovação fosse colocada em votação na próxima Sessão Plenária. A
29	sugestão foi aprovada por unanimidade. <u>ITEM III - Mostra Morar Mais por Menos</u> - o
30	presidente Tito Carvalho informou que o CAU/ES recebeu um convite para participar da

60

Mostra Morar Mais por Menos, que acontece em Bento Ferreira, de 06 de maio a 15 de junho de 2014. O ambiente fica logo na entrada da mostra, e não teria custo pelo espaço, somente com publicidade. Que esse convite está alinhado com a definição do Conselho de estar próximo das mostras de decoração e arquitetura de interiores, fazendo um trabalho de fiscalização que não é simplesmente punitiva, mas que objetiva construir uma relação e um entendimento da necessidade de um profissional. Para viabilizar a participação na Mostra, dois conselheiros se envolveram diretamente: a conselheira Aparecida Borges e o Conselheiro Eduardo Pasquinelli. O presidente passa a palavra à conselheira Aparecida Borges para detalhar o processo. A conselheira Aparecida Borges explicou que a primeira aproximação foi feita por meio da coordenadora de fiscalização e relações institucionais. Ana Lucia Reis, e posteriormente um contato com o conselheiro Eduardo Pasquinelli, que trouxe a proposta para o Conselho. E que ela se envolveu no processo por estar participando da Mostra e ter relação com arquitetura de interiores. Chegaram à conclusão que a participação do CAU/ES se faria viável se ficasse por conta do Conselho todo o projeto de comunicação. e que seria convidado um profissional para desenvolver esse trabalho. A conselheira Aparecida Borges disse que foram elencados alguns nomes, feita uma pré-consulta para saber a disponibilidade e que o CAU/ES teve a felicidade de ter as meninas que estão presentes nesta Sessão Plenária e serão apresentadas pelo presidente Tito Carvalho. E que considerou importante a participação do Conselho, porque é a primeira oportunidade de estar próximo do público que consome o produto arquitetura e urbanismo com consciência, que procura um profissional, então se faz necessário mostrar que o profissional pertence a esse Conselho e está habilitado, por uma legislação nacional, a executar esse trabalho. E que é o momento de estar na Mostra. O presidente Tito Carvalho mencionou a importância dessa/ ação ser do Conselho como um todo, não uma ação da presidência ou de uma comissão./E o que define se uma ação é do Conselho ou não é a Sessão Plenária. Por isso, mesmo tendo autonomia administrativa para tocar esse projeto, entendeu-se como importante trazer para aval de todos os conselheiros. O presidente destacou que a fiscalização vai acontecer em toda edição, não há novidade. E que este vai ser um momento de construção de um, relacionamento, de poder conversar com os profissionais arquitetos e também com os demais( profissionais que participam dessa cadeia, desde designer de interiores, engenheiros, empreiteiros, e explicar qual é o papel do arquiteto. O presidente convidou então as Arquitetas e Urbanistas Carolina Gumiere e Ana Elisa, indicadas pelo conselheiro Eduardo Pasquinelli, para se apresentarem e falarem o que estão pensando desse processo. A arquiteta e urbanista Carolina Gumiere disse que é formada há sete anos e recebeu o convite por meio do conselheiro Eduardo Pasquinelli, e que já está em contato com a conselheira Aparecida Borges para começar a pensar e incorporar o estudo do espaço. A arquiteta e urbanista Ana Elisa também informou que tem sete anos de formada, que estudou junto com Carolina, e

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60 61

62

63

64

65 66

67

JD)

1

6

De

que não têm experiência em mostras, que está sendo uma novidade. O presidente Tito Carvalho mencionou que um outro conselho já teve participação em mostras. A Arquiteta e Urbanista **Ana Elisa** informa que foi o Mato Grosso, e que eles fizeram um ambiente bem institucional. O conselheiro Eduardo Pasquinelli falou que foi conversado na reunião de Comissão sobre a Morar Mais e que esta é uma oportunidade ímpar. Que esse evento tem algumas considerações que estão em voga no século XXI, e que este evento é o que se aproxima mais da linguagem da arquitetura de interiores. O que falta agora é estabelecer alguns conceitos e diretrizes do espaço para passar às profissionais. O presidente **Tito** Carvalho ressaltou que a Casa do Arquiteto em breve vai inaugurar formalmente, e que ela é na verdade uma grande forma de comunicação, uma ferramenta de construção de relacionamento. Indica a conselheira Aparecida Borges para conduzir o processo e representar o Plenário e a coordenadora de fiscalização e relações institucionais, Ana Lucia Reis para construir o processo administrativo. Considerou, então, aprovada a participação do CAU no evento, desejando bom trabalho às arquitetas. A conselheira Aparecida Borges ressaltou que não está sozinha na participação de mostras, que no ano passado o Conselheiro Eduardo Pasquinelli participou e esse ano o Conselheiro Eliomar Venâncio está presente com um espaço cheio de conceitos diferentes, sustentáveis. O conselheiro Eduardo Pasquinelli sugeriu que seja agendada uma reunião para discutir os conceitos desse espaço. O conselheiro André Abe disse que o espaço não existe sem conteúdo e esta vai ser uma espécie de vitrine do CAU. As pessoas não vão ao CAU e sim o CAU vai estar lá. E aí é bom pensar no que vai ser transmitido, pela conversa que o CAU vai ter com as pessoas que por lá passarem, e pelo espaço físico. É preciso mostrar que "interiores" faz parte da arquitetura também. Uma boa oportunidade para enaltecer o trabalho do arquiteto. O presidente **Titợ** Carvalho concordou com a opinião exposta. A conselheira Aparecida Borges afirmou que gostou muito da frase "que o espaço não existe sem conteúdo", e que isso pode norte₫r o trabalho das arquitetas e urbanistas. Que a autoria é delas e a participação do CAU/ES é a curadoria. Elas vão interpretar o CAU/ES dentro dessa linguagem de sustentabilidade, customização, que são características da mostra. E que passou às profissionais que não se trata de um escritório de atendimento, é um espaço de vitrine, muito institucional. Que vai se falar com a sociedade e que o dever de casa mais importante é decidir o que comunicar a esse público. Se será pelo folder do Conselho, ou na entrega de um bloco. Que gostaria que a comunicação com o público não fosse de "só o arquiteto pode fazer e decorador não presta", já que há espaço para todo mundo. Que o CAU/ES fosse muito elegante e educado nessa comunicação, porque o trabalho pode acontecer em parceria. O presidente **Tito Carvalho** afirmou que como foi colocado que o espaço é institucional, que seria interessante além da agenda da equipe do CAU, que se construísse alguma agenda dos conselheiros nesse espaço, para estabelecer relações institucionais. O conselheiro Eduardo Pasquinelli

68

69

70

71

72

73

74 75

76

77

78 79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90 91

92

93 94

95

96 97

98

99

100

101

102

103

104

E

No

menciona que o evento tem que ser planejado junto com o Conselho. Que o espaço é muito agradável, que ele já participou no ano passado e que é um espaço que agrega, que vai ser importante para o CAU. Que é importante definir, como elemento de concepção e conteúdo, quais são os itens que estarão incluídos nesse espaço, já que as decisões alteram o projeto que vai ser concebido. O presidente Tito Carvalho disse que um ponto de partida é a campanha "Arquitetura e urbanismo promovendo uma vida melhor". O presidente propôs um outro ponto de pauta para debater, com a coordenadora de fiscalização e relações institucionais, Ana Lucia Reis sobre um selo para dar visibilidade ao processo de fiscalização. A coordenadora Ana Lucia Reis explicou que a proposta é firmar e mostrar à sociedade a atuação do Conselho de uma forma que fosse visível a todos e que ficasse institucionalizada a presença do CAU/ES, partindo da premissa que a fiscalização tem que promover suas ações e dar notoriedade a elas e que isso envolveria tanto as pessoas físicas como pessoas jurídicas que estivessem atuando dentro da mostra de decoração no Estado. A partir da campanha de valorização profissional foi elaborado, em parceria com a Comunicação, o selo de conformidade, que seria anexado no interior dos ambientes que estivessem dentro das regularidades, que tivessem todos os RRTs de projeto e de execução. A coordenadora apresentou o layout do selo, reforçando que a presença do CAU/ES estaria facilmente identificada e que o ambiente estaria em conformidade com a Lei n.º 12.378/2010. O selo teria um código, que seria o número atribuído a ele, juntamente com a data de emissão. O tamanho proposto é de 15 cm de diâmetro. A gerente geral Patricia Cordeiro ressaltou que a coordenadora de fiscalização e relações institucionais, Ana Lucia Reis apresentou a proposta na reunião da Comissão de Exercício Profissional, que aprovou a ideia inicial e foi solicitado um novo layout, desenvolvido em parceria com a comunicação. Mas que não foi deixada⁄ de lado a solicitação da comissão para estender o selo de conformidade a outras atividades. A conselheira Aparecida Borges questionou se houve uma conversa com a organização da mostra, se vai poder afixar o selo. E que a proposta é boa durante a obra, mas não com o espaço pronto. A coordenadora de fiscalização, e relações institucionais, Ana Lúcia explicou que o selo vai ser afixado em todos os ambientes que vão ser fiscalizados, e que isso vai ser uma prerrogativa do Conselho, de ir lá e afixar o selo. Que não vai ser disponibilizado pará ninguém, já que existe um número específico de controle. A conselheira Aparecida reafirmou a dúvida: se o selo vai ser afixado sem a autorização da organização da mostra. E explica que apesar de ter adquirido o espaço existem regras de só poder afixar nas paredes créditos, autorias, em espaço pré-estabelecido. Então para o selo acontecer teria que ser negociado com a mostra. E que gostaria de ter o selo em seu espaço, mas não concorda com o tamanho proposto, acha muito grande. O presidente **Tito Carvalho** disse ser fundamental a abertura dessa negociação. A coordenadora de fiscalização Ana Lúcia Reis concordou com a opinião da Conselheira Aparecida de que o reconhecimento é um "plus". Que o Conselho está

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133134

135

136

137

138

139

140141

) Dr.



reconhecendo que aquela atividade ali é exercida por um profissional habilitado, tecnicamente capacitado, reconhece que aquilo está em conformidade com a Lei. O conselheiro Eliomar Venâncio disse que são dois momentos distintos, um é o da obra. Ele exemplificou que começou uma obra de uma casa de 85 m², e que como tem orgulho de pertencer ao Conselho, adoraria ter o selo pregado na parede, já que tem todos os RRTs recolhidos. E acredita que o selo na mostra, tendo uma circulação de profissionais muito grande, vai ser uma ponta de lança do Conselho lá dentro. "Por que que ele tem a plaquinha e eu não tenho?" E que é uma questão de negociação. A assessora de comunicação Anna Carolina Perim destacou que o selo não precisa interferir no ambiente em si, como todo ele tem uma assinatura com especificação técnica e a foto do profissional, esse selo pode estar atrelado à assinatura, porque fica mais uma informação técnica, é claro com o acordo da organização. A conselheira Aparecida Borges mencionou o padrão engessado da franquia, e ressaltou que é preciso um acordo. E que na obra acredita que não haveria restrições para o selo. A coordenadora Ana Lucia enfatizou que a publicidade que foi pensada é para o público em geral que vai para a mostra, para que ele saiba que o ambiente é uma produção de um arquiteto e urbanista. O conselheiro Eduardo Barbosa comentou sobre o layout, que achou o selo de conformidade muito óbvio, e pergunta se era preciso ter escrito "selo de conformidade" porque ficou muito poluído. A gerente geral Patrícia Cordeiro lembrou que o primeiro selo apresentado à comissão tinha um brasão de fundo numa marca d'água, e a própria comissão sugeriu limpar um pouco, e o conteúdo do selo foi enxugado. A conselheira Aparecida Borges defendeu que mais à frente a palavra selo poderá ser retirada, mas em um primeiro momento tem que ser explícito. E sugeriu que em vez de "ambiente em conformidade" teria que ser "espaço" ou então não ter, o "ambiente". O presidente Tito Carvalho pediu foco na discussão, informando que existe um ponto de pauta que é a contribuição sobre a resolução que trata de publicidade, que está sendo construída, e que isso está sendo antecipado. E sugeriu que o foco sejá na discussão do selo para eventos como este. O conselheiro Eduardo Barbosa concordou que a palavra selo seria importante, mas acha demais constar "conformidade". A conselheira Ana Paula Lyra reforçou a fala da conselheira Aparecida Borges, de que vão estar consumidores na Mostra. E que o selo de conformidade vai demonstrar para as pessoas que o "arquiteto e urbanista tem que atender a várias coisas". Isso vai ajudar a despertar nas pessoas o respeito pelos profissionais. A conselheira Aparecida Borges sugeriu em vez de "selo de conformidade" o termo "ambiente em conformidade", mas defende que a palavra conformidade tem que continuar. A gerente geral Patricia Cordeiro lembrou a todos que foi feita uma discussão anterior sobre o termo a ser usado: "obra", "ambiente", "serviço" ou "projeto", e que nessa discussão definiu-se abolir o nome da atividade porque um único selo serviria para várias atividades. E que, independente do selo, julga que foi um grande avanço a relação com a lamonde. Que houve resistência no início, mas que o CAU/ES se colocou à

142

143

144

145146

147

148

149150

151

152

153154

155

156157

158

159 160

161

162

163

164

165166

167

168

169

170

171

172

173174

175

176

177178

00

fi fi

1

É

disposição para uma parceria. Até para agilizar alguns processos de registro para que a lamonde não perdesse a venda do espaço. O presidente Tito Carvalho propõe colocar em votação para que seja definido se haverá ou não a ação do selo e que o layout e conteúdo sejam definidos pela comissão profissional, a partir das contribuições que foram feitas hoje. O conselheiro Eduardo Barbosa disse que duas coisas fortes precisam ser comunicadas pelo selo: o ambiente em conformidade com a lei e o CAU. O conselheiro André Abe considerou que o selo tem uma responsabilidade muito grande. Que no primeiro momento as pessoas vão ler esse selo, depois seria desejável que bastasse olhar o selo e falar "essa obra está", então a mensagem tem obrigação de colar efetivamente na memória das pessoas. Levantou a dúvida se o selo deve ter data de validade, porque vai ficar tão valorizado que vão começar a reciclar esse selo. O presidente **Tito Carvalho** diz que o principal é o brasão e o CAU. Que o que diferencia de instituições anteriores é o brasão, que concede poder de polícia, e que isso tem que "gritar" em tudo que é feito. A coordenadora de Fiscalização e relações institucionais, Ana Lúcia Reis comentou sobre o selo ser replicado e utilizado indevidamente, que não haveria esse problema porque a proposta é confeccionar o selo em material que danifique ao ser removido. A chefe de gabinete Márcia Angeli sugeriu que o selo esteja exposto no espaço do CAU, explicando o que ele é, para quando o visitante chegar no ambiente já saiba do que se trata. O presidente Tito Carvalho submeteu a votação e aprovação o uso do selo em caráter experimental na mostra e a proposta é aprovada por unanimidade. ITEM IV - Feira do Mármore - O presidente Tito Carvalho informou que o CAU/ES foi convidado a ter um stand na Feira do Mármore, dez dias antes da feira acontecer. O stand era sem custo e o Conselho produziu às pressas o folder apresentado aqui aos conselheiros. A participação deu visibilidade ao Conselho, já que existe um grande público de empresários e de alguns arquitetos e urbanistas que frequentou o evento. O presidente Tito Carvalho relatou aos conselheiros a presença do presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro. Villar de Queiroz no Estado nesta data. Que o mesmo concedeu entrevista ao telejornal Bom Dia Espírito Santo e participou da abertura oficial da Feira, tendo assinado um convênio de cooperação com o SINDIROCHAS. E que toda essa programação não foi comunicada ao CAU/ES. Que a vinda dele ao Estado foi informada apenas dez dias antes, quando foi feito o convite para o CAU/ES participar do evento. E que esse constrangimento e insatisfação foram relatados ao conselheiro Federal Anderson Fioreti. O presidente informou que na segundafeira última, no Fórum de Presidentes, o presidente Haroldo solicitou um momento para conversar e o CAU/ES pôde externar a indignação com o ocorrido, mencionando o "desrespeito aos arquitetos capixabas e ao CAU Espírito Santo, tendo o presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz se justificado e se desculpado informando que cancelaria o termo de cooperação para que envolvesse o CAU/ES, caso ele tivesse interesse. E se colocou à disposição para vir ao Espirito Santo explicar aos conselheiros a situação e

179

180 181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191 192

193

194

195

196 197

198

199 200

201

202203

204

205

206

207208

209

210

211

212213

214

215

P

0

6

SEBRAE, e que de repente eles sumiram. O conselheiro Eduardo Pasquinelli sugeriu tirar o que há de melhor da situação e aproximar o presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro, nem que seja por constrangimento. Em relação ao SEBRAE, informou que está desenvolvendo, junto com o conselheiro Eliomar Venâncio, a nova sede do SEBRAE, e por consequência disso tem reuniões com a diretoria constantemente e que pode contribuir com este contato. se o CAU/ES precisar. A conselheira Aparecida Borges disse que o presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro deveria realmente desfazer o convênio, e que ele deveria ser refeito com o CAU/ES. O presidente Tito Carvalho concordou que tem que ser desfeito. E quanto ao SEBRAE, diz ao conselheiro Eduardo Pasquinelli que a ajuda é importante e bem-vinda. A conselheira Aparecida Borges sugeriu que o presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro respondesse oficialmente, por escrito, a retratação, para que seja passada a todos os conselheiros, e que posteriormente viesse pessoalmente ao Estado para se desculpar. O presidente Tito Carvalho achou a ideia de solicitar uma retratação por escrito oportuna. ITEM V - Conferência e Congresso - O Presidente Tito Carvalho passou a palavra para a gerente geral Patricia Cordeiro que tem alguns informes rápidos, importantes, já que a comitiva que vai participar da Conferência e do Congresso precisar conhecer a Resolução CAU n.º 47/2013, que estabelece as obrigações dos conselheiros para fazer parte de qualquer convocação pelo CAU. A gerente geral Patricia Cordeiro informou a todos que estão em situação regular junto ao conselho tiveram suas inscrições do Congresso efetuadas, mas que as inscrições da Conferência cabem a cada participante, tendo sido todos informados por email no dia 13 de março. Outra questão é que as passagens também já foram emitidas e/ enviadas para os e-mails dos conselheiros. Outra informação são as diárias, que de acordo com essa resolução têm que ser depositadas um dia antes da viagem. Que a coordenadora administrativa e financeira Wiviane Broco vai entrar em contato com quem ela ainda não tem o número da conta para que esse depósito seja feito até essa data. A hospedagem fica a critério e de responsabilidade de cada participante. Mas o CAU/ES fez reservas no Hotel Comfort, em Fortaleza, e esse hotel foi o indicado pelo CAU/BR. Essas reservas precisam dế confirmação. A confirmação tem que ser feita até amanhã e os valores devem ser pagos pol cada Conselheiro. Mas que não justifica pagar mais caro, porque agora o valor não é mais o mesmo, para uma conselheira que não está em pleno exercício da atividade. O presidente submeteu a compra das passagens a votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. O conselheiro Eduardo Pasquinelli faz um pedido para inversão de pauta, adiantando o ITEM IX - Processo nº 31/2014 (SMP), o que foi aprovado. ITEM VI - Processo nº 31/2014 (SMP) - O presidente Tito Carvalho solicitou ao conselheiro Eduardo Pasquinelli que relate o assunto. O conselheiro Eduardo Pasquinelli explicou que o Salário Mínimo Profissional

pedir desculpas pessoalmente. O presidente Tito Carvalho informou que de fato a o CAU/ES

estava negociando uma série de questões com o SINDIROCHAS, que envolviam também o

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228 229

230

231

232

233

234

235

236 237

238

239

240

241

242

243

244 245

246 247

248

249

250

251

(SMP) foi discutido na penúltima reunião de Comissão de Exercício Profissional e também numa reunião extraordinária realizada hoje sobre a equivalência em horas do salário, e sobre a questão do funcionalismo público que tem algumas restrições legais. Informa que a Comissão solicitou à gerente geral Patricia Cordeiro que desse encaminhamento, e ela fez um questionamento a assessora jurídica Sandra Grechi que redigiu um documento de todos os itens e com todas as considerações. Passou a palavra à gerente geral Patricia Cordeiro que esclareceu ser uma tabela o documento que compõe o processo em que foi solicitada a aplicabilidade da Resolução CAU nº 38/2012, acrescentou que foi questionado se o profissional que é contratado para trabalhar com uma carga horária inferior a seis horas diárias e recebe proporcionalmente, e se o profissional funcionário público, independente da carga horária, não recebe o previsto pela citada resolução, se nestes casos a resolução ainda é aplicada. Informou que já havia solicitado um parecer técnico ao CAU/BR desde outubro de 2013, até agora sem retorno, e que somou a esse processo o parecer jurídico do CAU Santa Catarina, do CAU Rio Grande do Sul e da assessoria jurídica do CAU/ES. Informou que o levantamento feito pelo CAU/ES é importante para entender o processo. De cento e dezesseis solicitações de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT de cargo e função em 2012, oitenta e cinco foram "indeferidos", estão em stand by. Desses oitenta e cinco, quinze são de iniciativa pública e setenta de iniciativa privada. Desses 85, 58 atendem a proporcionalidade salarial, ou seja, se a pessoa trabalha três horas recebe o equivalente a três salários, e não seis como manda a Resolução. Esclarece que a Lei nº 4950-A/1966 estabelece que atividades que exijam seis horas de trabalho devem receber seis salários mínimos. Já a resolução do CAU diz que atividades até seis horas [...], o que elimina a proporcionalidade. E diz que em 2013 não mudou: 73% das solicitações de RRT de cargo e função estão paradas, sem ⊱ deferimento, das sessenta e seis solicitações, quarenta e três não atendem, mas 39 atenderiam dentro da proporcionalidade. Isso acaba prejudicando o profissional. O presidente **Tito Carvalho** contextualizou o tema informando que essa proporcionalidade é adotad**a** em vários Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREAs, inclusive no CREA Espírito Santa. Explicou que em um primeiro momento no cadastro de empresa havia se entendido que poderia adotar por similaridade a questão da proporcionalidade e foram feitos alguns, registros de cargo e função nesses moldes. Quando veio a resolução do salário mínimo foi visto que havia uma intenção clara de não permitir isso, e o CAU/ES passou a não deferir. Esclareceu que o Conselho não quer indeferir, mas é preciso construir a viabilidade disso, por isso tem feito um movimento junto ao CAU/BR, por meio do conselheiro federal Anderson Fioreti, para que isso se torne viável. Só que essa realidade ainda não está viável no Espírito Santo e o CAU/ES têm recebido ligações de profissionais que estão perdendo emprego por conta disso. Foi argumentada essa questão com o coordenador da Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR, Antônio Francisco de Oliveira, que informou que havia a

253

254

255

256

257

258

259

260261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

S)

1

Ġ



possibilidade de fazer uma revisão na Resolução mais para o final do ano, se essa fosse uma situação de outros estados também. Foi feita também uma cobrança ao presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro sobre essa questão e ele informou da intenção de fazer uma revisão dessa normatização para que trouxesse pelo menos essa flexibilização. E que o presidente Haroldo falou que iria fazer um levantamento, falar com outros presidentes, para se houver um alinhamento ele mesmo colocar em pauta. Está terminando o prazo de recadastramento das empresas, e é preciso definir. Ressaltou que o CAU/ES tentou construir uma alternativa com embasamento legal que desse suporte para registrar as empresas, pois considera que é melhor ter o arquiteto registrado, mesmo que nessa situação de trabalho que não é ideal, pois se ele for a justiça ele provavelmente vai ganhar. O que não se pode é inviabilizar essa relação. Então esgotou-se tudo que era possível e a única alternativa é o CAU Espírito Santo tomar uma posição própria como alguns outros CAUs estaduais, enquanto essa discussão continua nacionalmente, porque existem vários questionamentos a respeito dessa resolução do salário mínimo. A gerente geral **Patricia Cordeiro** mencionou que o assunto não trata exclusivamente da carga horária e solicita à assessora Jurídica Sandra Grechi que explique o tema. A assessora Jurídica **Sandra Grechi** explicou que são dois assuntos no parecer. O primeiro trata da jornada inferior a seis horas com salário mínimo proporcional. Que o entendimento do CAU/ES é com base na legislação e na jurisprudência. Trabalhou duas horas, recebe o salário proporcional às duas horas, com cálculo a partir de uma regra de três simples. A jurisprudência é pacificada nesse sentido e não tem problema nenhum. O outro ponto são os funcionários públicos. Existem órgãos públicos a exemplo de fundações que têm os dois regimes de contratação. O estatutário e o CLT. Então é difícil, por exemplo, exigir de todo mundo, pois cada município tem uma lei especifica. A Constituição diz que o poder ¿ público constituído pelas esferas federal, estadual e municipal tem legislações especificas na contratação de pessoal. Tanto assim que a maioria faz concurso e no caso de fundações e/a também contrata pelo regime das CLT. Então a conclusão da assessoria jurídica é a seguinte: toda vez que um funcionário público for contratado sob o regime da CLT ele está alcançado pela lei. Quando não for CLT, a lei não o alcança. Então vai ser fácil fazer a análise se essa for a conclusão do Conselho. Porque o município, o estado e a União têm legislações especificas, e não cabe ao CAU exigir que eles cumpram a lei n.º 4.950-A. O presidente Tito Carvalho informou que fez contato com um presidente de Sindicato dos Arquitetos e urbanistas no Estado do Espírito Santo - Sindarq-ES para solicitar posicionamento sobre o assunto. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro informou que quando foi aprovado o piso do funcionalismo público, foi dada entrada pelo governo a pedido do presidente da República Costa e Silva, e que ele achava que era um absurdo o funcionalismo público receber um salário "daquele tamanho", que ia quebrar o País. O governador do Distrito Federal entrou com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo em relação a esse artigo. Isso

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322323

324

325326

8

Wii E

ficou suspenso, sob judicie, até que a decisão do Supremo foi de 11 a zero, não cabendo recurso ao funcionalismo público. Quem provocou essa Lei foram os funcionários públicos, que conseguiram tramitá-la no Congresso e aprová-la. Mas a partir do momento que o Supremo aprovou, votou e garantiu inconstitucionalidade do artigo e o funcionalismo público foi retirado da Lei. "Nós não estamos incluídos na Lei do Salário Mínimo Profissional, eu digo nós porque eu também sou funcionário público". Então funcionário público não tem direito. O que a assessora jurídica Sandra Grechi disse ser correto. Se o funcionário é do regime celetista ele tem direito, mas há controvérsias, só que como ela disse há jurisprudência para tudo. Então tem tribunais que dão ganho ao celetista e tem tribunais que não dão. Agora o estatutário não tem ponto de disputa. O conselheiro Eduardo Pasquinelli comentou que foi muito bom ouvir as palavras da assessora jurídica Sandra Grechi e do conselheiro José Carlos Neves Loureiro para contextualizar melhor a situação. E que precisa ficar claro que o Conselho vai bater de encontro com o CAU/BR nesse aspecto, especialmente com a Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR. E que essa postura do CAU/ES está de encontro aos interesses dos arquitetos do Espirito Santo. O presidente Tito Carvalho diz que realmente o CAU/ES está indo contra uma parte do CAU/BR, pois tem um grupo que é a favor do que se está propondo, e outro que é contra. "Só que quem está aqui tomando pressão e tem que tomar decisão é o CAU/ES, ou seja, não nos cabe mais esperar a decisão de ninguém, porque os arquitetos estão aguardando." A gerente geral Patricia Cordeiro exemplificou que um profissional estava prestes a perder o emprego, e a empresa falou que ia contratar um engenheiro. Ele foi orientado a registrar a questão na Ouvidoria do CAU/BR, que remeteu a reclamação ao CAU/ES. A questão foi devolvida à Ouvidoria com solicitação para que encaminhasse à Comissão de Exercício Profissional – CEP-CAU BR, já que não cabe ao CAU/ES questionar a Resolução. O presidente **Tito Carvalho** informou que em uma reunião de Fórum de Presidentes assistiu uma palestra do membro da Comissão de Exerbício Profissional Cesar Dorfman, do Rio Grande do Sul, que é partidário de uma legislação rígida. "E eu perguntei para ele se ele já tinha recebido telefonema de alguém que estava para perder o emprego por conta da legislação. E ele obviamente ficou quieto, é muito fácil falar em hipóteses quando você não está lidando com um profissional próximo, então acho que essa é uma decisão muito séria que o CAU/ES deve assumir". O conselheiro José Carlos Neves Loureiro disse que essa questão afeta diretamente o Sindarq-ES e que tem recebido várias reclamações sobre isso e as encaminha, explicando a situação e que o sindicato não pode fazer nada. Mas acredita que a Comissão do CAU/ES está correta, que concorda plenamente com o parecer da assessora jurídica Sandra Grechi, que há respaldo legal para derrubar essa resolução do CAU/BR. O presidente Tito Carvalho submeteu a questão em votação, com base no parecer da Assessoria Jurídica, e é aprovado por unanimidade. E solicitou a assessora jurídica Sandra Grechi que fale sobre a questão da Faculdade Nacional - FINAC.

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347 348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359 360

361

362

363

A assessora jurídica **Sandra Grechi** disse que este é um processo em que o CAU não é parte, mas que recebeu um ofício do juiz para que informe a atual situação dos autores, que são quatro ou cinco egressos da FINAC. A União Federal e a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES são as rés no processo, mas a União Federal tentou sair do processo dizendo que não era parte legítima, mas o juiz na decisão disse o contrário: "A União Federal por seu turno merece compor a lide, haja vista que é por sua causa, por intermédio dos seus agentes que a situação de regularização do curso superior realizados pelos autores ainda estão em análise." O juiz determinou no final da decisão: "A ré União Federal deverá apresentar a este juízo em dez dias após a intimação dessa decisão cópia reprográfica do processo administrativo atualizado em trâmite perante o Ministério da Educação - MEC ou órgão equivalente relativo ao reconhecimento/autorização/funcionamento do curso superior realizado pelos autores, informando as razões do atraso informado nestes altos." E que nesse período em que está no CAU/ES não existe nenhuma ação contra o CAU que viesse a ré a União Federal. Não foi sensatez do juiz, foram os autores que entraram contra a União Federal. A conselheira Ana Paula Lyra informou que na reunião da Comissão de Ensino realizada hoje foi solicitado que a Assessoria Jurídica redija um documento ao MEC para que este suspenda a abertura de novas vagas enquanto a Instituição não providenciar sua regularização para seu reconhecimento. ITEM VII - Contribuições à resolução sobre publicidade - O presidente Tito Carvalho informou que o CAU/BR está respondendo uma solicitação do CAU/ES de que muitas resoluções são feitas sem que haja um amadurecimento dos plenários estaduais. Explicou que em relação à publicidade, que é um tópico que aparece inclusive na própria lei, foi encaminhada uma proposta de resolução solicitando que quem quisesse, acrescentasse algum tipo de comentário. Foi repassado à Comissão de Exercício Profissional que solicitou que fosse encaminhado a todos os conselheiros. E que é importante que todos avaliem e se construa alguma proposta do CAU/ES. O conselheiro Eduardo Pasquinelli disse que leu a Resolução, mas não tem nada a acrescentar. A gerente geral Patricia Cordeiro informou que foi dado um prazo aos conselheiros para encaminharem suas contribuições ao texto, mas que não houve nenhuma contribuição. O conselheiro Eduardo Pasquinelli sugeriu que a Resolução seja divulgada para as agências de publicidade do Estado, para que tenham ciência ao fazerem suas propagandas nas edificações. A conselheir. Aparecida Borges opinou que a Resolução deveria ser mais explícita quanto às obras de interiores, mostras e eventos, mencionando como o profissional deve usar a titulação nesses casos. Outra coisa é que essa Resolução pudesse ser mais clara sobre o crédito a ser dado em obras construídas acima de "x metros quadrados", em uma obra pública, um edifício comercial, por exemplo, e que houvesse obrigatoriedade de estar lá gravado no chão, na placa de bronze. Que a Resolução pudesse sugerir isso, incentivar. O presidente Tito Carvalho solicitou que a conslheira Aparecida Borges repasse esses tópicos para formalizar

364

365

366

367

368

369

370371

372

373

374375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393 394

395

396

397

398

399

400

890

00

1

E

e transformar tudo em uma proposta. O conselheiro Eduardo Pasquinelli sugeriu que a conselheira Aparecida Borges participe da reunião a ser realizada no dia primeiro de abril para discutir as propostas. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro achou todas as colocações da conselheira Aparecida Borges perfeitas, e acredita que valha a pena fazer essa colocação. O conselheiro Eduardo Pasquinelli sugeriu encaminhar um e-mail ao CAU/BR informando que a comissão vai se reunir no dia primeiro e se ainda houver tempo hábil vai enviar as considerações. ITEM VIII - Relatório do 1º Bimestre de 2014 - O presidente Tito Carvalho solicitou a elaboração de um relatório para avaliação interna dos meses de janeiro e fevereiro. E que depois, o mês de março será acrescentado e o documento será enviado por e-mail a todos os conselheiros. A gerente geral Patricia Cordeiro apresentou os dados: nos demonstrativos de RRTs elaboradas em 2013, na Grande Vitória, o número maior de RRTs tem sido na Serra, mais do que Vitória e Vila Velha. E que o número de RRTs pagos foi de 10.700. O presidente Tito Carvalho observou que aproximadamente 30% dos RRTs são emitidos e não pagos. E que é preciso analisar por que isso acontece: "por erro? Tentativa de burlar alguma aprovação?" O conselheiro Eduardo Pasquinelli disse que havia percebido essa jogada no antigo conselho: o profissional emite um RRT, coloca o comprovante com vencimento futuro, dá entrada aos processos e cancela o agendamento depois. O presidente Tito Carvalho diz que isso é uma questão ética grave. O conselheiro Eduardo Pasquinelli sugeriu também fazer essa pesquisa para descobrir o nome desses profissionais. A chefe de gabinete **Marcia Angeli** comentou que o que mais tem acontecido é o profissional dar o RRT para o cliente pagar e ele agenda o pagamento para 30 dias, mas o cliente nunca chega a efetuar o pagamento, explicou que tem orientado o profissional a incluir o valor do RRT no seu orçamento. A gerente geral Patricia Cordeiro informou que em 2013, dos RRTs emitidos, 77% foram pagos e 23% não foram pagos, isso indica que a diferenca entre pessoa física 🗲 jurídica é muito elevada. Em 2013, de abril a dezembro, foram 13.800 RRTs e agora em 2014, 3.689. Então isso também é bem significativo. A conselheira Aparecida Borges sugeriu que deveria existir uma maneira de cancelar o RRT não utilizado. Sugeriu ainda que deveria haver um RRT simplificado para arquitetura de interiores, já que o preenchimento ocupa muito tempo. O conselheiro Eduardo Pasquinelli sugeriu que a Comissão de Exercício Profissional elabore um documento sugerindo um RRT simplificado no caso de obras de metragemento pequena. O presidente **Tito Carvalho** julgou a proposta importante para estimular o grup**ó** que trabalha com arquitetura de interiores. A gerente geral Patricia Cordeiro lembrou que antes só era possível imprimir o RRT depois da compensação bancária. Isso gerou insatisfação e foi retirado, mas resolveria parte dos problemas. A conselheira Aparecida Borges também coloca expõe outra questão que deveria ser mudada no sistema: só é possível fazer RRT de coautoria quando o RRT do autor principal tem compensação bancária. O presidente Tito Carvalho fez uma consideração sobre os RRTs derivados, que

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422 423

424

425

426

427

428

429

430 431

432

433

434

435

representam 28% do total e que não trazem receita para o Conselho, somente custo. A gerente geral Patricia Cordeiro ressaltou que grande parte das pessoas que emitem esse derivado vai demandar também outro serviço, que não gera receita, que é o Retificador. O presidente Tito Carvalho registrou que é importante saber esse dado e ter uma noção de que nem todo trabalho tem uma receita que o sustente. O conselheiro Eduardo Pasquinelli observou que o número de RRTs Extemporâneo (33%) é igual ao de RRT Simples. O presidente Tito Carvalho disse que essas análises são bastante relevantes. Disse que após o treinamento de egressos para solicitação do primeiro registro, esses processos não apresentaram diligência, pois estavam corretos. E que isso deve se refletir no preenchimento futuro de RRT desses profissionais. E que o CAU/ES está levantando alguns dados para começar a ver quais são as questões relevantes: Qual o volume de demandas mensal e quanto são absorvidos pela área de análise. Ou seja, É preciso aumentar a equipe? Não precisa aumentar? O quanto? Outro dado alarmante é que de 66 solicitações de análise em um mês, foram geradas 166 análises. Ou seja, vários foram analisados mais de uma vez. E foi identificado que o atestado era a maior parte do problema e isso passou a ser comunicado, um modelo de atestado foi enviado aos profissionais, para evitar esse retrabalho. A gerente geral Patricia Cordeiro destacou que existem tutoriais disponíveis no site do CAU/ES e quem entra em contato por telefone com dificuldades recebe o documento por e-mail para auxílio. E que o treinamento de RRT foi feito no laboratório da Multivix, incluindo a parte de solicitação de registro, para quatro turmas de profissionais e o resultado foi muito positivo. E a ideia é dar continuidade aos treinamentos no auditório do CAU/ES, com equipamentos próprios que serão adquiridos em licitação. O conselheiro Eduardo Pasquinelli destacou que existem vários públicos: os que buscam orientação por conta própria, no site, e outros que querem aproximação. ITEM IX - Resolução CAU n.º 47/2013 - Prestação de Contas - O presidente Tito Carvalho comentou que existe uma dificuldade muito grande em construir relatórios com o SICCAU. Que é uma das reclamações gerais. E que agora o CAU/ES conseguiu construir um relatório consolidado de receitas e despesas e analíticos que será apresentado pela coordenadora administrativa e financeira Wiviane Lombardi Broco que relatou que foi realizado um levantamento de pessoa física e pessoa jurídica. Analisando o ano de 2013, em/ janeiro foi o pico maior de arrecadação da anuidade de pessoa física. Enquanto em 2012 este valor ocorreu em março, abril e maio. Explica que o dado sugere que esse ano os profissionais optaram por pagar a anuidade em janeiro. Para pessoa jurídica a arrecadação foi baixa. Então, a arrecadação foi de 211 mil para pessoa física e aproximadamente 11 mil para pessoa jurídica. Informa que serão realizados levantamentos em relação a RRT também para fazer ( um acompanhamento mensal onde será possível identificar e fazer os apontamentos necessários de arrecadação, analisando possíveis aumentos e reduções e suas causas. E o total de arrecadamento mensal, janeiro e fevereiro, é o total de arrecadação no orcamento de

438

439

440

441

442443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453 454

455

456

457

458

459

460

461

462 463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473 474

2014: 1.267.000,00. Então sobre esse valor, janeiro corresponde a vinte e dois por cento. Então com base nesse valor a gente tem evolução mês a mês. Aqui janeiro, aqui fevereiro, março abril, maio, junho. O conselheiro Eduardo Pasquinelli lembrou que haverá Copa do Mundo e que é interessante observar o reflexo do mercado na arrecadação de junho e julho. O conselheiro André Abe questionou se há previsão de revisão orçamentária, de três em três meses. O presidente Tito Carvalho informou que o CAU pode fazer revisão orçamentária e que está se construindo tendência para fazer um planejamento, uma revisão mais real. Lembrou que o CAU/ES realizou um concurso, tem que contratar pessoal, e precisa saber quantos podem ser contratados, neste caso é fundamental conhecer a Receita. O conselheiro Eduardo Pasquinelli pergunta quanto o CAU/ES arrecadou nos primeiros meses de 2014. A coordenadora administrativa e financeira Wiviane Lombardi Broco informou que foi R\$ 395.225,00. O conselheiro Eduardo Pasquinelli perguntou quantos por cento representa em cima da arrecadação que se espera para o ano. A coordenadora administrativa e financeira Wiviane Broco informou que é 31%. O conselheiro Eduardo Pasquinelli perguntou como se chegou a essa arrecadação de 2014. A coordenadora administrativa e financeira Wiviane Broco explicou que o CAU/BR fez a projeção do orçamento de 2014 com base na arrecadação de 2013 mais a previsão de crescimento de 2014, que foi em torno de 10%. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro ressaltou que vai ser interessante ter dados para se trabalhar e que a partir de um ou dois anos já se pode verificar uma tendência, mas que é preciso ter um histórico para trabalhar os dados estatisticamente. Então é muito interessante não só para ter um controle financeiro, mas para ter uma resposta imediata das ações que estão sendo feitas. Se aquilo está se revertendo de fato em um ganho ou não. Ou até nas questões que precisam ser trabalhadas com mais detalhe, como a publicidade e as futuras ações e campanhas que podem ser associadas ao mês com menor arrecadação. O presidenté Tito Carvalho lembrou que os vídeos no ano passado foram feitos em caráter urgente porque o CAU/ES precisava fazer algum tipo de comunicação. Informa que para o Conselho contratar comunicação é muito difícil. Acrescenta que não esperava que a arrecadação em parcela única das anuidades fosse tão alta. É um dado interessante. O conselheiro Eduardo Pasquinelli perguntou se nos próximos meses o gráfico vai ter um ascendente. A coordenadora administrativa e financeira Wiviane Broco informou que pode ter esse/ ascendente ou se manter. Que a tendência é nesse gráfico, nos próximos meses, diminuir d arrecadação da anuidade e aumentar a arrecadação de RRT, ficando equilibrados. 69% efetuou o pagamento em uma parcela. Por isso teve esse crescimento alto em janeiro. O presidente **Tito Carvalho** destacou que 20% parcelou a anuidade em cinco vezes. E em duas, três e quatro vezes foi um grupo pequeno. Se 70% pagou à vista então é um CAU viável. A coordenadora administrativa e financeira Wiviane Broco informou que de quase dois mil profissionais, 1063 pagaram ou parcelaram. E que é preciso saber que postura será adotada

475 476

477

478

479

480 481

482

483

484

485

486 487

488 489

490

491 492

493

494

495

496

497

498

499

500 501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

QQ.

8

E

.

para cobrar estes profissionais que não fizeram nenhuma das duas opções. A chefe de gabinete Márcia Angeli informou que o CAU/BR já está cobrando. O presidente Tito Carvalho esclareceu que o CAU/ES não sabia que o CAU/BR já estava fazendo cobrança. E que é um volume muito expressivo. Que no ano passado havia inconsistência de várias ordens. E que são 900 profissionais que estão exercendo a profissão e não estão em dia com a anuidade. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro comentou que outra questão interessante de poder trabalhar com dados é que você pode fazer esse paralelo dessa análise com aquele perfil que foi levantado. Então lá no perfil coloca que quase 90% dos profissionais exercem profissão. Então se você confrontar essa questão agui, um dado não está batendo com outro. Questionou como 90% podem estar exercendo a profissão se somente 60% estão pagando. Destacou que o presidente Tito Carvalho e o conselheiro Jose Carlos Loureiro sempre questionaram o CAU/BR que para trabalhar, gerenciar qualquer coisa, são necessários dados. Agora você começa de fato a ter dados e cruzar as informações para gerar esse tipo de análise. A conselheira Aparecida Borges disse que o arquiteto que está trabalhando na área de educação devia ser analisado na pesquisa. Porque provavelmente ele está trabalhando e não está recolhendo a anuidade. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro acredita que são 12%. O presidente Tito Carvalho destacou que as pessoas não percebem que o CAU vai poder fazer mais coisas se tiver estrutura física. O conselheiro Eduardo Pasquinelli sugeriu que seja feita uma pesquisa com esses 900 profissionais para descobrir porque que eles não estão pagando a anuidade, se já aposentaram ou desistiram da profissão. O conselheiro José Carlos Neves Loureiro disse que é preciso informar aos arquitetos e urbanistas que, caso não exerçam a profissão, precisam fazer a suspensão do registro, senão precisam arcar com a Contribuição Sindical. E muitos estão reclamando que não querem pagar a taxa. O conselheiro André Abe lembrou que muitos pagavam o CREA, mas quando foi criado o CAU lembraram que não exercem a profissão. No caso da educação, o Reitor Silvio Ramos pediu para participar do esforço para que os professores passassem a pagar o Conselho, o que inclusive era obrigatório por Lei. Mas existe um respaldo legal que os professores não precisam participar de Conselho nenhum. E existe uma confusão feita entre sindicato e Conselho. E que segundo ele os professores são sindicalizados aos Sindicatos dos Professores e não precisam pagar Conselhos. O conselheiro **Eduardo** Pasquinelli resumiu que no final das contas é preciso estabelecer alguns critérios e elaborar uma campanha de regularização desses profissionais. O presidente Tito Carvalho disse que essa e outras questões estão sendo possíveis de ser idenficadas em virtude dos relatórios gerados pelo SICCAU. O conselheiro Eduardo Pasquinelli questionou se o contrato de locação da sede do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Espírito Santo - IAB/ES continua após a mudança definitiva do CAU/ES para a Casa do Arquiteto. O presidente **Tito** Carvalho informou que o CAU não pode manter dois alugueis sem uma justificativa. ITEM X

512

513514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536537

538

539

540

541

542

543

544

545

546 547

548

89

E

J) (

- Inauguração da Casa do Arquiteto - O presidente Tito Carvalho informou que solicitou este ponto de pauta para que as ações fossem pensadas em conjunto. E sugere que a coordenadora de fiscalização e relações institucionais Ana Lucia Reis possa ajudar a tocar esse projeto. Uma das questões é o retorno que tem que ser dado aos parceiros que fizeram investimento. ITEM XI - Outros assuntos - O conselheiro André Abe disse que o IAB/ES passou por um processo de convocação eleitoral, mas que não apareceu nenhuma chapa. E que com a prorrogação das inscrições do Concurso Orla Noroeste até 12 de junho de 2014, e o mandato prorrogado da diretoria do IAB/ES terminando no dia 8 de junho de 2014, no discurso do Instituto estaria alguém que não foi registrado no cartório, mesmo que não tenha a chapa. E que faz um apelo para que seja divulgada a abertura para formação de chapas para que haja inscrições. A conselheira Aparecida Borges registra matéria veiculada no jornal Bom Dia Brasil hoje sobre uma NBR 16280 que vai entrar em vigor a partir do dia 18 de abril de 2014. Que essa norma foi elaborada em decorrência de várias obras que andaram caindo. E que ela diz que é obrigatório existir um responsável, arquiteto ou engenheiro para realizar obra. Sugeriu que caso o CAU/BR não adquira e disponibilize que o CAU/ES compre essa NBR para acesso. O presidente Tito Carvalho disse que o CAU/BR tem um convênio com a ABNT e que o CAU/ES vai ter direito a dois acessos para consulta online de normas. A conselheira Aparecida Borges ressaltou que as normas técnicas custam caro e existem muitas, não dá para adquirir todas. Mas que essa parece ser muito importante, porque cria mais uma condição para fazer com que a profissão seja respeitada. ITEM XII – Encerramento - o presidente Tito carvalho agradeceu aos presentes e não havendo outros assuntos a serem tratados, declara encerrada a 17ª Sessão Plenária do CAU/ES. Para constar, eu, Joana D'Arc do Sacramento Araújo, que após ouvir a gravação, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os conselheiros no exercício da titularidade, para que reproduza os efeitos legais.

Vitória, 25 de março de 2014.

Arq. e Urb. Tito Augusto Abreu de Carvalho

549

550 551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561 562

563

564

565

566

567

568 569

570571

572

573

Presidente do CAU/ES

Joana D'Arc do Sacramento Araújo Responsável pela transcrição da Ata

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra** Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb.**Eduardo Simões Barbosa** Conselheiro Titular do CAU/ES

M1

Arq. e Urb. **Aparecida Maria da Silva Borges**Conselheira Suplente no Exercício da
Titularidade do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio** Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. Eliomar Venâncio de Souza Filho Conselheiro Titular do CAU/ES Arq. e Urb. **Leandro Camatta de Assis** Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro** Conselheiro Titular do CAU/ES

